

OS REFLEXOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO GOVERNO DE GETÚLIO DORNELLES VARGAS (1930 – 1954).

Iohana Tatiane Milani

RESUMO: Esta abordagem é sobre o desenvolvimento da indústria brasileira no período de 1930 a 1954, englobando o período do governo referente ao de Getúlio Dornelles Vargas, que contribuiu significativamente com o desenvolvimento econômico e com estruturação da indústria brasileira. Entre 1930 a 1954, há vários fatos marcantes que ocorreram para o desenvolvimento industrial no Brasil que foram o desenvolvimento da indústria de base, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, que vieram refletir diretamente não só na economia nacional, mas também no sistema de governo que passa por uma nova estruturação, procurando adaptar-se a nova realidade econômica e social.

INTRODUÇÃO

Getúlio Dornelles Vargas esteve duas vezes à frente do governo. Da primeira vez, foi sucessivamente chefe do governo provisório (1930 – 1934), presidente eleito pela Assembleia Constituinte (1934 – 1937) e, finalmente, ditador imposto por um golpe militar (1937 – 1945). Da segunda vez, foi eleito presidente em 1950 e governou até 1954, quando se suicidou.

Muitos consideram a Era Vargas somente o período do Estado Novo, entre 1937 a 1945. Mas Getúlio começou a mudar o país já no governo provisório, instituído em 1930. Ao ser derrubado, em 1945, ele havia completado um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais que os historiadores denominam “modernização conservadora”.

Em seus 15 anos, a modernização conservadora da Era Vargas fez com que o Brasil deixasse de ser um país essencialmente agrário. Transformou-o num país agrário-industrial. Tornou a industrialização e o crescimento urbano processos irreversíveis. Começou a integrar as diversas regiões do país com novos meios de transporte e comunicação. E avolumou as migrações internas no rumo das zonas industriais, criando nova onda de urbanização.

Na Era Vargas, o Brasil diversificou-se e elevou seu padrão educacional e cultural. Ampliou o direito de voto e a participação política. Criou uma camada de operários e técnicos qualificados e ampliou a presença das classes médias.

Essa modernização, porém, apresentou, desde o início, um caráter conservador. Além de nascer de um regime fechado, o autoritarismo de Getúlio Vargas servia mais às elites, velhas e novas, que às camadas populares do campo e da cidade.

Os Reflexos da Industrialização no Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930 – 1954).

A década de 1930 teve o seu início marcado pela crise econômica. A quebra do mercado de ações de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929, levou a economia americana ao colapso e desestabilizou a economia mundial, provocando, em toda a parte, paralisação das atividades produtivas e desemprego.

No Brasil, a crise financeira americana inaugurou uma conjuntura econômica bastante adversa, ao agravar a já delicada situação porque passava o setor cafeeiro. Ao afetar

duramente o principal produto de exportação, a crise comprometeu o conjunto da economia nacional. Seus efeitos negativos fizeram-se sentir imediatamente.

Na verdade, havia indícios suficientes para crer que a crise da economia cafeeira ocorreria cedo ou tarde. A política de estabilização dos preços do produto, que vinha sendo implementada desde a primeira década do século, alimentava um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura. Para manter elevados e estáveis os preços do café no mercado internacional, o governo comprava os excedentes produzidos mediante financiamento externo e praticava uma política cambial de não valorização da moeda. Tal política servia para cumprir o objetivo mais imediato de assegurar o rendimento dos cafeicultores. Dessa forma, vale dizer que a crise da economia americana não provocou, apenas precipitou uma crise tomada inevitável.

A Revolução de 1930 não foi programada para produzir imediatas e radicais mudanças na estrutura sócio-produtiva do país. Decorreu, sobretudo, do efeito dos limites a que chegou a política econômica de proteção do café ante a violenta crise do capitalismo mundial. Assim, a Revolução de 1930 está na vaga de instabilidade política que tomou conta da América Latina na década de 30, a qual produziu grandes agitações e golpes.

Pela vontade dos Aliados, a participação brasileira devia limitar-se à cooperação produtiva e logística. No entanto, ao governo brasileiro passara a interessar uma intervenção no campo de batalha. Sabia-se que esta participação não seria decisiva. Mas o que importava era figurar ao lado dos vencedores na mesa de negociações, onde seriam fixados os termos da paz.

Vargas alimentava a expectativa de projetar o Brasil ao lado das grandes potências que estabeleceriam a Nova Ordem Mundial. Essa participação poderia elevar o status do Brasil na América Latina, até mesmo porque a Argentina, com quem sempre disputara a primazia, permanecia em sua posição de neutralidade.

Apesar do voto contrário da Inglaterra, o Brasil, armado e treinado pelas forças americanas, acabou sendo aceito como força aliada no campo de batalha. Em 9 de agosto de 1943, era publicada a Portaria Ministerial que estruturava a Força Expedicionária Brasileira (FEB), sob

o comando do general João Batista Mascarenhas de Moraes. No dia 30 de junho de 1944, a bordo do navio americano General Mann, o Brasil enviava seu primeiro destacamento para lutar na Itália.

A operação mais importante da Força Expedicionária Brasileira consistiu em desalojar as forças alemãs que ocupavam o ponto estratégico de Monte Castelo, na região da Bolonha. Obtida essa difícil vitória, em 21 de fevereiro de 1945, ficou aberto o caminho, após várias outras vitórias, dos Montes Apeninos ao vale no Rio Pó.

A participação brasileira na II Guerra fora ditada por condicionamentos geo-estratégicos. Isto é, enquanto pôde explorar a favor do Brasil a cisão ocorrida na cúpula do sistema internacional, Vargas o fez. Porém, quando os Estados Unidos ingressaram plenamente no conflito, o neutralismo pragmático tornou-se insustentável. A partir daí, o governo brasileiro teve que assumir uma posição inequívoca, o que gerou represálias do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, em consequência, manifestações populares. A União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, sindicatos e comunistas, todos exigiam a declaração de guerra contra o nazi-fascismo. E a declaração de beligerância, enfim, foi feita.

O Estado Novo aprofundou a política econômica industrialista inaugurada em 1930. Perseguia o objetivo de dotar o Brasil de uma indústria de bens de produção. Por meio da instalação de indústrias pesadas pretendia tanto criar condições para que os empresários brasileiros investissem no setor industrial de bens de consumo, quanto atender à aspiração das forças armadas de robustecer o poder nacional. Para isso, elaborou, em 1939, o plano quinquenal de industrialização, que previa a criação de usina de aço, fábrica de aviões, da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, a drenagem do rio São Francisco, a construção de estradas de ferro e de rodagem e a compra de navios e de armamentos.

O Estado Novo buscou livrar-se da exclusiva dependência do café no mercado mundial, diversificando a produção agrícola. Para impulsionar essa política, criou organismos especializados como os Institutos do Açúcar e do Alcool, do Mate e do Pinho. Todos objetivando aperfeiçoar as técnicas de produção, bem como ampliar o mercado externo.

Por outro lado, procurou integrar de maneira mais orgânica o mercado interno. Nesse sentido, eliminou todos os impostos que incidiam sobre as exportações interestaduais.

Os maiores êxitos contabilizados pela política industrial do Estado Novo foram a formação da Companhia Vale do Rio Doce (produção de ferro) e da Companhia Siderúrgica Nacional (produção do aço). A primeira resultou de uma negociação com a Inglaterra envolvendo a antiga Itabira Iron Company. A Usina de Volta Redonda, por seu turno, teve sua criação viabilizada mediante o crédito americano de 20 milhões de dólares, realizado pelo EXIMBANK, em 1940.

Ambas as realizações não podem ser dissociadas do estado do sistema internacional de finais dos anos 30. Em condições normais, jamais as grandes potências concordariam em criar condições favoráveis à formação de uma base industrial no Brasil. Isso só veio a ocorrer devido à forte rivalidade dessas

potências com as potências do Eixo - Alemanha, Itália e Japão.

Ante à possibilidade de o governo brasileiro estreitar os laços cooperativos com o Eixo - Alemanha, Itália e Japão, particularmente com a Alemanha -, os Estados Unidos preferiram ceder às reivindicações brasileiras e obter em contrapartida algumas facilidades estratégicas, vitais para a guerra que se avizinhava.

A década de 1930 representava importantes modificações no setor industrial, que se apresentava como uma contradição ao setor tradicional de exportação de produtos primários.

a) Em primeiro lugar aconteceu a grande crise do café que, se por um lado abalou a economia nacional, por outro abriu um maior campo para a atividade industrial;

b) A Segunda Guerra Mundial paralisou as importações, permitindo a realização da substituição das mesmas;

c) Esta década caracterizou-se pela implantação de capital no país.

Uma fase importante do desenvolvimento industrial surgiu com a crise de 1929 a 1930, decorrente da grande depressão norte-americana.

A Revolução Industrial Brasileira tem início nos anos trinta devido à conjugação de dois fatores principais: a oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 30. O significado fundamental da Revolução de 30, que lhe confere uma importância extraordinária no quadro da história econômica, política e social brasileira, é o de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil, inicialmente em conjugação com os interesses coloniais portugueses e, a partir da Independência, em conjugação com os interesses comerciais dos países industrializados, particularmente da Inglaterra. Depois dela, jamais a oligarquia agrário-comercial brasileira voltou a contar com uma parcela sequer do poder que detivera durante séculos.

Vários foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento industrial brasileiro a partir desta década, que são:

a) O grande êxodo da população rural, com a crise da cafeicultura, e o conseqüente aumento da população urbana, favorecendo a constituição de um mercado de consumo;

b) A redução das importações de produtos manufaturados, e outros, em virtude da crise do capitalismo mundial, criando com isso condições internas favoráveis à industrialização, pois a indústria nacional viu-se livre da concorrência estrangeira.

Logo no início da Segunda Guerra Mundial houve um decréscimo do crescimento industrial brasileiro, pois o Brasil não podia importar equipamentos, em virtude da redução das exportações dos mesmos, pelos países envolvidos no conflito bélico.

Desse modo, não possuindo uma história de bens de capital ou de produção que pudesse suprir o mercado nacional, vários ramos da atividade industrial se ressentiram de tal situação. Entretanto, se de um lado houve tal limitação, de outro, estimulou o desenvolvimento de vários tipos de indústrias até então não existentes ou então que estavam tentando se desenvolver (indústria de óleos e graxas vegetais, indústria de transformação de minerais não-metálicos, material de transporte, indústria metalúrgica e outras).

Diante, também, das dificuldades de importação de certas matérias-primas ocorreu a substituição das empresas por matérias-primas nacionais. Com isso, estimulou-se a produção de matérias-primas nacionais no setor de tintas e vernizes, na produção metalúrgica e na fabricação de peças de reposição para a frota de automóveis. Terminada a guerra, a indústria de autopeças, por exemplo, que tinha sido apenas uma “indústria de porão”, já se caracterizava como uma atividade industrial, com produção em grande escala, e com capital e tecnologia tipicamente nacionais. Isso deixa claro que o afrouxamento dos laços de dominação econômica exercido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, sobre o Brasil, tinha favorecido o seu desenvolvimento autônomo ou independente.

Devemos observar que o Brasil, apesar de estar apresentando um acelerado processo de desenvolvimento industrial, não perdia sua característica de país agrário.

A industrialização brasileira desenvolveu-se particularmente a partir de 1940, embora tenha se iniciado no século XIX.

A partir da Segunda Guerra Mundial inicia-se no Brasil o processo de grande inversão de capital estrangeiro com a instalação dos setores da indústria pesada.

Em busca da matéria-prima mais barata (como o ferro), empresas multinacionais instalaram filiais de suas indústrias no Brasil.

Inicialmente instalou-se o setor siderúrgico, que vai solicitar a existência de um setor de indústrias mecânicas, capazes de absorver a sua produção. Isso leva a caracterizar a década de 1950 com a grande entrada de indústrias estrangeiras, no setor automobilístico, construção naval, etc.

A modernização tecnológica que se processou a partir de 1940, promovendo o surgimento de indústrias de bens de produção, provocou a concentração de recursos humanos, econômicos e financeiros na Região Sudeste, onde grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, cada vez mais tornaram-se o centro dinâmico desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “modernização conservadora” do período de Getúlio Vargas teve a marca do compromisso entre as novas elites industriais e as velhas oligarquias agrárias. As mudanças na economia, nas relações sociais e na política, tiveram sempre em vista beneficiar esses setores e mantê-los no poder de Estado.

Getúlio Vargas foi personagem mais forte desse período. Com suas qualidades pessoais e sua visão sobre a evolução nacional e social, esteve à frente de sua classe; Tinha noção das novas disputas internacionais, do papel e do perigo da classe trabalhadora. Por isso, empenhou-se no fortalecimento do Estado, na industrialização, na constituição

de um mercado nacional integrado e na manipulação dos corações e das mentes do povo pobre.

Getúlio Vargas é um nome que ganhou ruas, praças e avenidas por todo o país, expressão de uma popularidade única na história brasileira. Seu perfil contraditório é o perfil dos conflitos que marcaram seu governo e que, mais de cinquenta anos depois, ainda não desapareceram totalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de P. *O Brasil Republicano. O Brasil e a Economia Mundial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Vol. 4

ALMEIDA JÚNIOR, A. M. *O Brasil Republicano. Do Declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. vol. 3.

BERTOLLI FILHO, C.. *De Getúlio Vargas a Juscelino 1945 – 1961*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *A República Velha e a Revolução de 30*. São Paulo: Ática, 1999.

DULLES, J. W. F. *Getúlio Vargas*. biografia política. 2 ed. Rio de Janeiro: Rennes, s.d.

FAUSTO, B. *O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930 – 1964)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GERTZ, R. E. et al. *O Feixe e o Prisma. Uma Revisão do Estado Novo*. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HOLANDA, S. B. *O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930 – 1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LIMA, H. F. *História político-Econômica e Industrial do Brasil*. Vol. 347. São Paulo: Nacional, 1970.

POMAR, W. *Era Vargas. A Modernização Conservadora*. São Paulo: Ática, 2001.

RODRIGUES, L. M. *O Brasil Republicano. Sindicalismo e Classe operária (1930 – 1964)*. vol. 3, 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SIMONSEN, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. vol. 349. São Paulo: Nacional e USP, 1973.

TEIXEIRA, M. P. *Brasil. História e Sociedade*. São Paulo: Ática, 2000.